

Balanço Patrimonial

Exercícios Findos em

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.135.603.253	1.112.721.659	Circulante		928.722.384	815.980.868
Disponibilidades	04	14.746.162	9.183.217	Depósitos	12	493.723.602	377.876.940
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	9.424.529	154.342.719	Depósitos à Vista		181.667.905	126.906.811
Relações Interfinanceiras	06	310.092.099	413.468.372	Depósitos a Prazo		312.055.697	250.970.129
Centralização Financeira		310.092.099	413.468.372	Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliárias	13	238.112.210	193.958.223
Operações de Crédito	07	797.945.570	522.523.175	Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		238.112.210	193.958.223
Operações de Crédito - Setor Privado		816.695.411	538.636.716	Relações Interfinanceiras	14	88.736.782	147.083.136
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(18.749.841)	(16.113.541)	Repasse Interfinanceiros		88.736.782	147.083.136
Outros Créditos	08	3.233.859	12.791.605	Relações Interdependências	15	67.518.940	59.464.297
Avais e Fianças		73.969	88.355	Recursos em Trânsito de Terceiros		67.518.940	59.464.297
Rendas a Receber		1.591.665	2.347.429	Obrigações por Empréstimos		1.338.382	-
Diversos		1.629.666	10.430.394	Empréstimos no país		1.338.382	-
(-) Provisão para Outros Créditos		(61.441)	(74.573)	Outras Obrigações	16	39.292.468	37.598.272
Outros Valores e Bens	09	161.034	412.571	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	16	132.085	98.586
Outros Valores e Bens		95.237	57.873	Sociais e Estatutárias	16a	26.981.510	25.522.992
Despesas Antecipadas		65.797	354.698	Fiscais e Previdenciárias	16b	3.884.719	3.562.587
				Diversos	16c	8.294.154	8.414.107
Não Circulante		315.209.535	140.516.552	Não Circulante		3.639.110	1.897.819
Realizável a Longo Prazo		268.201.108	104.520.987	Relações Interfinanceiras		1.712.142	-
Operações de Crédito		267.279.323	103.599.202	Repasse Interfinanceiros	18	1.712.142	-
Operações de Crédito	07	272.965.514	111.878.687	Outras Obrigações		1.926.968	1.897.819
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq.	07	(5.686.191)	(8.279.485)	Diversos	17	1.926.968	1.897.819
Outros Créditos		921.785	921.785				
Outros Créditos		921.785	921.785				
Investimentos	10	26.951.352	17.996.589	Patrimônio Líquido		518.451.294	435.359.524
Ações e Cotas		26.951.352	17.996.589	Capital Social	19	347.020.718	293.962.991
Imobilizado de uso	11	18.979.333	16.132.404	Reservas de Sobras		171.430.576	141.396.533
Outras Imobilizações de Uso		16.105.576	12.808.140	Fundo de Reserva		130.333.900	106.347.588
Imóveis de Uso		12.120.985	11.440.985	Reservas Estatutárias		41.096.676	35.048.945
(-) Depreciações Acumuladas		(9.247.228)	(8.116.721)				
Intangível		1.077.742	1.866.572				
Softwares		3.497.572	5.014.674				
(-) Amortizações Acumuladas		(2.419.830)	(3.148.102)				
TOTAL DO ATIVO		1.450.812.788	1.253.238.211	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.450.812.788	1.253.238.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO

Demonstração das Sobras ou Perdas 2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		73.392.822	132.198.701	113.265.598
Operações de Crédito	20	71.237.826	125.482.563	103.906.770
Rendas de Aplicações	5	1.342.497	5.673.342	8.307.562
Rendas de aplicações compulsórias		812.499	1.042.796	1.051.266
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(20.333.388)	(41.590.563)	(33.504.452)
Operações de Captação no Mercado	12	(16.945.505)	(33.452.244)	(26.605.756)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.038.033)	(7.100.678)	(8.220.507)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(349.850)	(1.037.641)	1.321.811
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		53.059.434	90.608.138	79.761.146
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(3.707.975)	(3.549.314)	(387.956)
Receitas de Prestação de Serviços		4.723.143	7.640.474	4.120.369
Receitas de Tarifas Bancárias		1.046.749	2.037.804	1.654.957
Despesas de Pessoal	21	(11.223.109)	(22.138.411)	(19.738.149)
Outras Despesas Administrativas	22	(10.161.067)	(21.875.191)	(17.106.891)
Despesas Tributárias		(481.020)	(819.688)	(499.637)
Outras Receitas Operacionais	23	2.848.659	8.424.584	10.132.918
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6	11.511.751	26.892.520	27.126.924
Outras Despesas Operacionais		(1.973.081)	(3.711.406)	(6.078.447)
RESULTADO OPERACIONAL		49.351.459	87.058.824	79.373.190
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24	5.175	(84.674)	16.122
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		49.356.634	86.974.150	79.389.312
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		534.387	-	(626.928)
Provisão para Imposto de Renda		329.492	-	(363.457)
Provisão para Contribuição Social		204.895	-	(263.471)
PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO		(2.869.497)	(2.869.497)	(2.327.004)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO		(18.949.631)	(18.949.631)	(17.025.561)
Juros ao Capital Próprio		(18.949.631)	(18.949.631)	(17.025.561)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		28.071.893	65.155.022	59.409.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO

Demonstração das Reversões e Destinações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
1. RESULTADO LÍQUIDO NA DSP	65.155.022	59.409.817
2. EXERCÍCIOS ANTERIORES		
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	131.812
3. REVERSÕES		
3.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		
- Utilização do FATES (treinamento, eventos)	3.339.438	1.462.255
- Resultado com Terceiros (ao FATES)	-	(2.568.613)
- Rendas Não Operacionais Art. 76 Inc.II	-	(20.364)
SUB TOTAIS	68.494.460	58.414.907
SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	68.494.460	58.414.907
4. DESTINAÇÕES		
4.1. FUNDO DE RESERVA		
35% das sobras (art. 77 Inc.I) Estatuto AGE	(23.973.061)	(20.445.218)
4.2. FATES		
5% das sobras (art. 77 Inc.II) Estatuto AGE	(3.424.723)	(2.920.745)
4.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		
60% das sobras (art. 77 Inc.III) Estatuto AGE	(41.096.676)	(35.048.945)

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em reais)

Discriminação	Reserva de Sobras			Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
	Capital Social	Fundo de Reserva	F.A.C		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.480.329	85.551.117	32.869.076	-	368.900.522
Integralizações/Subscrições de Capital	11.625.747	-	-	-	11.625.747
Incorporação de Sobras	32.449.804	-	(32.449.804)	-	-
Distribuições de Sobras a Ex- Associados	-	-	(419.272)	-	(419.272)
Devolução de Capital	(14.610.784)	-	-	-	(14.610.784)
Estorno de Capital	(397.413)	-	-	-	(397.413)
Incorporação de Juros ao Capital	16.782.431	-	-	-	16.782.431
IRRF Sobre JCP	(2.367.124)	-	-	-	(2.367.124)
Recuperação de Crédito Suportado pelo FUNLIQ	-	330.890	-	-	330.890
Outros (Especificar)	-	20.364	-	111.447	131.811
Ajustes FATES	-	-	-	(1.106.357)	(1.106.357)
Sobras do Exercício	-	-	-	59.409.819	59.409.819
Destinação das Sobras Obrigatórias:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	20.445.218	-	(20.445.218)	-
Fundo para Aumento de Capital	-	-	35.048.945	(35.048.945)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(2.920.745)	(2.920.745)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	293.962.990	106.347.589	35.048.945	-	435.359.525
Integralizações/Subscrições de Capital	18.824.808	-	-	-	18.824.808
Incorporação de Sobras	34.061.237	-	(34.061.237)	-	-
Distribuições de Sobras	-	-	(987.708)	-	(987.708)
Destinação das Sobras para Reserva Legal	-	-	-	-	-
Devolução de Capital	(15.971.415)	-	-	-	(15.971.415)
Estorno de Capital	(17.425)	-	-	-	(17.425)
Incorporação de Juros ao Capital	18.806.723	-	-	-	18.806.723
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.646.200)	-	-	-	(2.646.200)
Recuperação de Crédito Suportado pelo FUNLIQ	-	13.251	-	-	13.251
Ajuste FATES	-	-	-	3.339.438	3.339.438
Sobras	-	-	-	65.155.022	65.155.022
Fundo de Reserva	-	23.973.061	-	(23.973.061)	-
Fundo para Aumento de Capital	-	-	41.096.676	(41.096.676)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(3.424.723)	(3.424.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	347.020.718	130.333.901	41.096.676	-	518.451.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em reais)



Discriminação	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades Operacionais	(185.796.994)	(250.734.454)	204.432.775
Sobras Antes da Tributação e Participações	49.356.633	86.974.150	79.389.311
IRPJ / CSLL	534.388	-	(626.929)
Participações no Lucro(Sobra)	(2.869.497)	(2.869.497)	(2.327.004)
Provisão para Operações de Crédito	349.850	1.037.641	(1.321.811)
Provisão de Juros ao Capital	(18.949.631)	(18.949.631)	(17.025.561)
Depreciações e Amortizações	1.173.311	2.345.673	2.286.501
Sobras Ajustadas	29.595.054	68.538.336	60.374.507
(Aumento) redução nos Ativos	(219.115.939)	(430.330.874)	(165.379.635)
Operações de Crédito	(219.168.826)	(440.140.158)	(153.039.195)
Outros Créditos	(180.076)	9.557.747	(12.332.831)
Outros Valores e Bens	232.963	251.537	(7.609)
Aumento (redução) nos Passivos	3.723.891	111.058.084	309.437.903
Depósitos a Vista	(30.182.203)	54.761.094	51.255.340
Depósitos a Prazo	(40.812.278)	61.085.568	113.937.154
Obrigações por Emissão de LCA	3.635.070	44.153.987	66.325.403
Relações Interdependências	66.957.418	8.054.644	44.383.961
Relações Interfinanceiras	(2.964.352)	(56.634.213)	29.883.680
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.338.382	1.338.382	-
Outras Obrigações	5.751.854	(1.701.378)	3.652.365
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(6.767.967)	(13.358.536)	2.591.652
Aumento dos Investimentos	(3.745.937)	(8.954.763)	5.666.974
Aquisições do Imobilizado Intangível	(3.022.030)	(4.492.768)	(1.576.227)
	-	88.995	(1.499.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	26.364.817	21.361.472	12.538.541
Aumento por novos aportes de Capital	11.185.794	18.824.808	11.625.747
Devolução de Capital à Cooperados	(3.236.908)	(15.971.415)	(14.610.784)
Estorno de Capital	(1.060)	(17.425)	(397.413)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(987.708)	(419.272)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	16.160.523	16.160.523	14.415.307
Recuperação de Crédito FUNLIQ	571	13.251	330.889
Ajustes FATES	2.255.897	3.339.438	1.462.255
Outros Ajustes	-	-	131.81
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	(166.200.144)	(242.731.518)	219.562.968
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	500.462.934	576.994.308	357.431.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	334.262.790	334.262.790	576.994.308
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(166.200.144)	(242.731.518)	219.562.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/08/1988**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDI-RURAL** possui **14** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **RIO VERDE – GO, JATAÍ - GO, ACREÚNA - GO, PARAÚNA - GO, MONTIVIDIU - GO, INDIARA - GO, SANTA HELENA DE GOIÁS - GO, IPORÁ - GO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO, CAIAPÔNIA - GO, EDÉIA - GO, CATALÃO - GO, JANDAIA - GO, ANICUNS – GO.**

O **SICOOB CREDI-RURAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12 de fevereiro de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes

do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	14.746.162	9.183.217
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.424.529	154.342.719
Centralização Financeira – Cooperativas	310.092.099	413.468.372
TOTAL	334.262.790	576.994.308

Aplicações financeiras com características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações em depósitos interfinanceiros referem-se às aplicações no Bancoob pós-fixadas com taxa de 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 5.673.342 e R\$ 8.307.562.

6. Relações interfinanceiras

As aplicações em depósitos interfinanceiros referem-se às aplicações no Bancoob pós-fixadas com taxa de 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 26.892.520 e R\$ 27.126.924.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	190.257.536	53.794.600	244.052.137	167.268.981
Financiamentos	75.331.562	122.935.991	198.267.554	75.169.018
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	551.106.312	96.234.922	647.341.234	408.077.403
Total de Operações de Crédito	816.695.411	272.965.514	1.089.660.925	650.515.403
(-) Provisões para Operações de Crédito	(18.749.841)	(5.686.191)	(24.436.032)	(24.393.026)
TOTAL	797.945.570	267.279.323	1.065.224.894	626.122.377

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	-	-	-	-	-	3.247.404	-
A 0,50% Normal	49.743.218	45.090.135	177.389.858	272.223.211	(1.361.116)	91.838.837	(459.194)
B 1% Normal	120.311.996	119.140.998	369.262.151	608.715.145	(6.087.151)	415.495.127	(4.154.951)
B 1% Vencidas	129.975	51.353	424.706	606.034	(6.060)	-	-
C 3% Normal	47.102.527	27.136.022	90.774.807	165.013.356	(4.950.401)	101.713.112	(3.051.393)
C 3% Vencidas	579.202	-	-	579.202	(17.376)	98.749	(2.962)
D 10% Normal	12.163.328	2.609.553	7.261.323	22.034.204	(2.203.420)	9.994.971	(999.497)
D 10% Vencidas	174.482	19.496	-	193.978	(19.398)	359.359	(35.936)
E 30% Normal	4.967.673	200.607	669.870	5.838.150	(1.751.445)	8.005.820	(2.401.746)
E 30% Vencidas	1.137.694	4.019.389	-	5.157.084	(1.547.125)	-	-
F 50% Normal	3.932.033	-	1.300.147	5.232.180	(2.616.090)	4.567.176	(2.283.588)
F 50% Vencidas	355.553	-	-	355.553	(177.776)	3.538.386	(1.769.193)
G 70% Normal	2.478	-	-	2.478	(1.735)	8.055.310	(5.638.717)
G 70% Vencidas	44.701	-	-	44.701	(31.291)	17.682	(12.378)
H 100% Normal	283.648	-	-	283.648	(283.648)	3.007.525	(3.007.525)
H 100% Vencidas	3.123.629	-	258.372	3.382.001	(3.382.001)	575.944	(575.944)
Total Normal	238.506.901	194.177.315	646.658.157	1.079.342.372	(19.255.006)	645.925.283	(21.996.612)
Total Vencidos	5.545.237	4.090.239	683.078	10.318.553	(5.181.027)	4.590.120	(2.396.413)
Total Geral	244.052.137	198.267.554	647.341.235	1.089.660.925	(24.436.032)	650.515.403	(24.393.026)
Provisões	(11.533.072)	(3.760.359)	(9.142.601)	(24.436.032)		(24.393.026)	
Total Líquido	232.519.065	194.507.195	638.198.634	1.065.224.894		626.122.377	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	64.036.370	126.221.167	53.794.600	244.052.137
Financiamentos	14.581.826	60.749.736	122.935.991	198.267.554
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	217.201.332	333.904.980	96.234.922	647.341.234
TOTAL	295.819.528	520.875.883	272.965.514	1.089.660.925

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.513.609	1.841.798	-	5.355.407	0%
Setor Privado - Indústria	15.038	-	-	15.038	0%
Setor Privado - Serviços	46.360.202	68.346.739	17.859.985	132.566.926	12%
Pessoa Física	193.100.109	124.228.036	629.042.550	946.370.695	87%
Outros	1.063.178	3.850.981	438.700	5.352.859	0%
TOTAL	244.052.137	198.267.554	647.341.235	1.089.660.925	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	24.393.026	32.911.274
Constituições/Reversões	1.050.906	(1.346.621)
Transferência para prejuízo	(1.007.900)	(7.171.627)
TOTAL	24.436.032	24.393.026

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	20.959.933	2,00%	13.547.537	2,00%
10 Maiores Devedores	145.965.496	13,00%	80.283.903	12,00%
50 Maiores Devedores	341.051.687	31,00%	211.797.103	33,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	17.016.768	12.909.950
Valor das operações transferidas no período	1.007.900	7.171.627
Valor das operações recuperadas no período	(1.272.365)	(3.064.809)
TOTAL	16.752.304	17.016.768

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado, no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	73.969	88.355
Rendas a Receber	1.591.665	2.347.429
Serviços prestados a receber	253.665	137.381
Outras rendas a receber	3.691	14.296
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	1.334.309	2.195.753
Diversos	1.629.666	10.430.394
Adiantamentos e antecipações salariais	20.325	107.611
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	114.984	825.121
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	209.529
Impostos e contribuições a compensar	1.349.196	27.274
Títulos e créditos a receber	8.646	9.053.067
Devedores diversos - país	136.515	207.792
(-) Provisões para outros créditos	(61.441)	(74.573)
(-) Com características de concessão de crédito (II)	(60.010)	(73.142)
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.431)	(1.431)
TOTAL	3.233.859	12.791.605

(I) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2019.

(II) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual			Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação						31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
E	30%	Normal	-	6.616	-	6.616	(1.984.85)	-	-
E	30%	Vencidas	-	9.234	-	9.234	(2.770.20)	1.993	(597.85)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	19.946	(9.972.89)
G	70%	Vencidas	-	9.546	-	9.546	(6.682.26)	12.817	(8.971.66)
H	100%	Vencidas	-	48.572	-	48.572	(48.572.30)	53.599	(53.599.45)
Total Normal			-	6.616	-	6.616	(1.985)	-	-
Total Vencidos			-	67.352	-	67.352	(58.025)	88.355	88.355
Total Geral			-	73.969	-	73.969	(60.010)	88.355	88.355
Provisões			-	(60.010)	-	(60.010)	-	146.284	-
Total Líquido			-	13.959	-	13.959	-	15.213	-

No ativo não circulante o montante de R\$ 921.785, refere-se à depósitos judiciais vinculados à ação movida pela cooperativa contra a Receita Federal em contestação à intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre ato cooperativo em trâmite, sem trânsito em julgado.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	95.237	57.873
Despesas Antecipadas (I)	65.797	354.698
TOTAL	161.034	412.571

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição sindical, contribuição patronal, impostos, IPTU outras despesas administrativas a serem apropriadas.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Uni	9.215.036	2.483.771
Participações Inst. Financ. controlada Coop. Crédito - Bancoob	17.704.533	15.481.036
Outras participações – Ações Telefônicas OI	7.045	7.045
Outros Investimentos – Obras de Arte	24.738	24.737
TOTAL	26.951.352	17.996.589

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		2.172.894	-
Terrenos		5.359.567	4.829.567
Edificações	4%	6.761.419	6.611.419
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.444.583)	(1.179.626)
Instalações	10%	4.521.881	3.874.778
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.750.849)	(1.247.306)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.760.170	2.466.563
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.333.506)	(1.136.673)
Sistema de Comunicação	20%	196.265	206.085
Sistema de Processamento de Dados	20%	5.023.893	4.823.604
Sistema de Segurança	10%	640.573	642.597
Sistema de Transporte	20%	789.901	794.513
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(4.718.290)	(4.553.116)
TOTAL		18.979.333	16.132.404

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

E por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	181.667.905		126.906.811	
Depósito a Prazo	312.055.697	0,37%	250.970.129	0,48%
TOTAL	493.723.602		377.876.940	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
-----------	------------	------------------	------------	------------------

Maior Depositante	83.683.477	15%	63.730.221	15%
10 Maiores Depositantes	264.703.036	47%	206.067.049	47%
50 Maiores Depositantes	376.391.966	67%	314.308.372	72%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.371.346)	(16.545.710)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(11.889.780)	(9.191.341)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.191.118)	(868.705)
TOTAL	(33.452.244)	(26.605.756)

13. Recurso de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2019	Taxa média	31/12/2018	Taxa média
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio	238.112.210	0,32%	193.958.223	0,42%

14. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Recursos do Bancoob	90.823.647	1.733.232	150.220.809
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(2.086.865)	(21.090)	(3.137.673)
TOTAL	88.736.782	1.712.142	147.083.136

15. Relações de Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	39.292.468	37.598.272
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	132.085	98.586
Sociais e Estatutárias	26.981.510	25.522.992
Fiscais e Previdenciárias	3.884.719	3.562.587
Diversas	9.002.392	9.099.231
Não Circulante	1.926.968	1.897.819
Diversas	1.926.968	1.897.819
TOTAL	40.000.706	38.283.396

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Participações nos Lucros	2.869.497	2.327.004
Resultado de Atos com Associados (I)	11.014.114	10.390.169
Resultado de Atos com não Associados	7.340.066	7.878.726
Cotas de Capital a Pagar (II)	5.757.833	4.927.093
TOTAL	26.981.510	25.522.992

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	50.794
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	60.241	46.534
Impostos e Contribuições sobre Salários	801.242	803.448
Outros	3.023.236	2.661.811
TOTAL	3.884.719	3.562.587

c) Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	745	-	58.394	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	788.450	-	1.219.006	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.084.012	-	913.279	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.388.764	1.926.968	3.020.581	1.897.819
Provisão para Demandas	1.507.279	-	1.331.338	-
Credores Diversos - País	1.524.904	-	1.871.509	-
TOTAL	8.294.154	1.926.968	8.414.107	1.897.819

17. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de perda em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma segundo opinião da assessoria jurídica, são constituídas as seguintes provisões para as demandas classificadas com probabilidade de perda provável:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Provisão para Passivos Contingentes (I)	708.239	-	685.124	-
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais (II)	1.218.730	921.785	1.212.695	921.785
TOTAL	1.926.969	921.785	1.897.819	921.785

(I) Refere-se à demandas de natureza trabalhista que a cooperativa é polo passivo.

(II) Refere-se a provisão para PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDI-RURAL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 864.827**, em ações de natureza cível.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDI-RURAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	347.020.718	293.962.991
Quantidade de Associados	9.884	8.023

b) Reserva Legal – Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **35%**, utilizadas para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária - Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **60%**, utilizadas exclusivamente para aumento de capital.

d) Sobras do Semestre

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **09/03/2019**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras, no total de R\$ 35.048.945 do exercício findo em **31 de dezembro de 2018** sendo o critério de rateio 45% para operações passivas (depósito a vista, depósito a prazo) 50% para operações ativas (empréstimos, cheque especial, financiamentos, outros) e 5% para produtos e serviços.

e) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	65.155.022	59.521.266
Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	3.339.438	424.220
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	68.494.460	59.945.486
Destinações Estatutárias	(68.494.460)	(59.945.486)
Reserva Legal - 35%	(23.973.061)	(20.445.218)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 5%	(3.424.723)	(4.451.323)
Fundo de Aumento de Capital (60%)	(41.096.676)	(35.048.945)

20. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	385.262	370.322
Rendas De Empréstimos	49.193.730	46.110.428
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	2.942.622	2.563.242
Rendas De Financiamentos	18.965.842	12.563.065
Rendas Fin Rurais - Aplic Com Recursos Livres	45.288.959	30.491.115
Rd Fin Rurais Aplic Rec Direcionados À Vista Obrig	1.807.891	5.628.346
Rdas Fin Rurais Apl Com Recursos Dir Da Poup Rural	5.603.282	3.109.076
Rdas Fin Rurais Apl Com Recursos Direc De Lca	27.794	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	1.267.180	3.071.176
TOTAL	125.482.563	103.906.770

21. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(172.776)	(172.822)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.580.757)	(2.277.393)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.492.253)	(2.078.436)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.714.923)	(4.245.391)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.198.977)	(10.107.306)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(852.788)	(769.075)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(125.937)	(87.726)
TOTAL	(22.138.411)	(19.738.149)

22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água Energia e Gás	(853.233)	(760.945)
Despesas de Aluguéis	(1.001.140)	(861.296)
Despesas de Comunicações	(1.047.814)	(706.313)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(349.845)	(292.947)
Despesas de Material	(302.591)	(238.283)
Despesas de Processamento de Dados	(1.963.148)	(1.788.798)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(3.310.985)	(1.452.901)
Exposição e Congressos	(2.470.870)	(684.338)
Confraternização	(14.482)	(29.958)
Programa de Divulgação	(695.278)	(667.634)
Promoções e Relações Públicas	(114.487)	(56.752)
Outras Despesas de Promoções e Relações Públicas	(15.867)	(8.842)
Ações Promocionais	-	(5.378)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(169.699)	(182.679)
Despesas de Seguros	(293.975)	(280.997)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(2.028.029)	(1.682.856)
Despesas de Serviços de Terceiros	(507.230)	(301.217)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.631.258)	(1.469.695)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(909.520)	(555.107)
Despesas de Transporte	(1.923.394)	(1.614.735)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(134)
Despesas de Viagem No País	(207.277)	(192.984)
Outras Despesas Administrativas	(3.030.381)	(2.438.504)
Livros Jornais e Revistas	(10.091)	(11.739)
Contribuição Sindical e Patronal	-	(42.015)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(64.757)	(197.063)
Copa/Cozinha	(60.934)	(57.044)
Lanches e Refeições	(175.813)	(146.217)
Uniformes e Vestuários	(44.810)	(59.979)
Contribuição A Oce	(170.378)	(131.400)
Sistema Cooperativista	(17.676)	(17.664)
Mensalidades Diversas	(3.812)	(3.460)
Rateio De Despesas da Central	(1.751.215)	(1.451.480)
Materiais De Limpeza	(163)	(282)
Rateio De Despesa do Sicoob Conf.	(488.181)	(200.797)
Outras Despesas Administrativas	(242.551)	(119.363)
Despesas de Amortização	(699.835)	(744.440)
Despesas de Depreciação	(1.645.838)	(1.542.061)
TOTAL	(21.875.191)	(17.106.891)

23. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	210.180	3.565
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	26.892.520	27.126.924
Dividendos	2.198.317	1.676.028
Distribuição de Sobras da Central	-	1.915.648
Crédito Receita Sipag - Faturamento	406.510	89.035
Crédito Receita Sipag - Antecipação	298.066	94.353
Deduções e Abatimentos	740	1.628
Rendas Juros Cartão de Crédito	396.195	101.869
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	58.323	13.514
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	35.881	-
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	19.218	-
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	858.582	3.010.658
Outras Rendas Operacionais	3.942.572	3.226.619
Variação Cambial	63.580	156.649
Rendas De Repasses Delcredere	1.205.811	1.101.981
Outras Rendas Operacionais	2.673.182	1.967.989
TOTAL	8.424.584	10.132.918

24. Resultado não Operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	70.590	20.364
Outras Rendas não Operacionais	547	-
(-) Perdas de Capital	(155.813)	(4.242)
Resultado Líquido	(84.674)	16.122

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	31.291.714	2,07%	334.102
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.539.325	0,37%	59.888
TOTAL	36.831.039	2,44%	393.990
Montante das Operações Passivas	48.242.347	2,74%	

b) Operações ativas e passivas – saldo no exercício 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	51.997	1.475	1%
Conta Garantida	311	3	0%
Crédito Rural	10.476.664	113.194	2%
Empréstimo	3.361.274	139.423	2%
Financiamento	17.688.611	187.172	9%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	4.403.551	2,44%	0%
Depósitos a Prazo	15.718.772	2,86%	0,37%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,49%
Empréstimos	1,75%
Financiamento	0,93%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,00%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,73%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e

peças ligadas a estas são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019

CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,48%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,09%
Crédito Rural (modalidades)	0,82%
Aplicações Financeiras	2,74%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	17
Crédito Rural	29.181.383
Empréstimo	13.819.111
Financiamento	386.885.138

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Coobrigações	3.546.460	3.167.482

f) No Exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)

Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	2.438.410
Cédula de Presença	142.347
Encargos Sociais	65.543

O valor destinado para Cédula de Presença do Conselho Fiscal, corresponde a **R\$ 172.776**, no exercício de 2019.

26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDI-RURAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

27.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n.º. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	498.542.137	417.552.025
Capital Principal - CP	132.642.544	99.645.230
Nível I	132.642.544	99.645.230
Índice de Basileia %	45,10%	50,28%
Razão de Alavancagem (RA) %	30,71%	30,15%
Índice de imobilização %	3,81%	3,87%
Ativos Ponderados pelos Riscos	1.105.354.533	830.376.913

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração
CPF 095.864.821-20

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Ocimar Furtado de Souza
Diretor Operacional
CPF 424.702.501-53

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC-DF 14458/O-3 "S" GO
CPF 877.687.121-53

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credi-Rural em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício

Examinamos, também, a Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Sicoob Credi-Rural e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Credi-Rural é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não

ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2020.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF - 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural, no uso das atribuições estatutárias e regimento interno, analisamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, relativos ao período findo em 31 dezembro de 2019, acompanhado das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa. Análises que incluíram verificações nos controles internos e visitas aos Postos de Atendimento da Cooperativa, onde examinamos as operações realizadas durante o referido período, através de documentos, lançamentos contábeis e conciliações fiscais.

Baseados nas análises, verificações e parecer da auditoria independente, somos de parecer que as demonstrações refletem adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Credi-Rural em 31 dezembro de 2019, bem como o resultado do exercício.

Assim, somos favoráveis a aprovação das demonstrações contábeis analisadas e recomendamos a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio Verde-GO, 14 de fevereiro de 2020.

Henrique de Campos Citroni

Carlos Roberto Marques Júnior

Ricardo Vian

Juzilane Carvalho Dias

Fernanda Carvalho Giacomini

Adriano Popp